



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

EXPERIÊNCIAS DE GERAÇÃO DE RENDA COM O COOPERATIVISMO DE MULHERES EM MAPUTO E SÃO PAULO

Aldenir Dias dos Santos

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP

dias.dida@gmail.com

Palavras-chave: Cooperativismo de mulheres; Moçambique; Brasil, Autonomia de Mulheres; Feminismo.

Esta apresentação é o resultado preliminar da minha pesquisa para o doutoramento trazendo alguns estudos sobre experiências de mulheres em atividades econômicas cooperativas no Brasil / SP e Moçambique / Maputo.

Esta pesquisa para o doutoramento é um estudo sobre as possíveis influências que o trabalho cooperativo exerça ou tenha exercido para as mulheres em relação à geração de emprego e renda, bem como, a melhores condições de vida, melhor negociação entre os cônjuges, busco entender o quanto de “avanço” para a autonomia financeira das mulheres estas experiências possibilitaram e possibilitam, tornando possível uma vida sem violência e livre no acesso ao poder *fora e/ou dentro* de casa, tanto em Maputo quanto em São Paulo.

A escolha por comparar à Moçambique deve-se, por além do fato de serem países do chamado terceiro mundo, com história de colonização portuguesa e, principalmente, por um grande e atuante movimento de mulheres e pelas experiências que estão sendo desenvolvidas por meio do cooperativismo com as mulheres, o que talvez as identifique. Moçambique é um país africano que tem as mulheres à frente de uma grande experiência em trabalho cooperativo, pois segundo Bazima (1994), são elas as principais produtoras de alimentos, participam da sua produção e da sua



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

comercialização, isto é, são as administradoras dos recursos econômicos e domésticos, responsáveis pelo transporte da água, responsáveis pela saúde e educação e bem estar da família, “as mulheres africanas são gestoras principais do domicílio em matéria de provisão de alimentos, educação, saúde e planejamento familiar, num grau muito maior do que em qualquer outra região do mundo em desenvolvimento”.

O estudo pretende, portanto, buscar as possíveis conseqüências, para as mulheres, deste trabalho cooperativo, especialmente em relação aos chamados valores tradicionais e/ou modernos, isto é, os valores ocidentais.

A motivação para o tema tem origens na preocupação com o que parece ser uma permanente situação de opressão e exploração posta às mulheres em várias partes do mundo, bem como, da minha experiência militante no chamado movimento de mulheres, no campo do feminismo, desde o início da década de 1980.

Segundo Isabel Casimiro, socióloga em Moçambique, em sua obra “Paz na Terra e Guerra e Casa” as mulheres realizam 2/3 de todo trabalho do mundo, recebendo 10% dos rendimentos anuais. São as que mais trabalham dentro e fora de casa e, em varias regiões do mundo são quase 70% das pessoas mais pobres.

Ainda segundo esta autora em algumas regiões da África, como Moçambique, as mulheres realizam de 60 a 80% e todo trabalho agrícola e são responsáveis por 100% da confecção da comida, da recolha de água e lenha e de todo trabalho domestico.

No Brasil, segundo o último censo, as mulheres trabalham cerca de 38hs semanais e são as principais responsáveis pelos afazeres (trabalho) doméstico, dedicando cerca de 25hs semanais.

Nestes países, o número de mulheres responsáveis por sua família chega a 40% em regiões do Brasil e 30% em regiões de Moçambique. No Brasil, segundo BRITO (2008), esse aumento de chefiar famílias, tem se dado tanto pelo crescimento da longevidade da mulher e da população no geral, quanto por algumas alterações nos papéis tradicionais estipulados para as mulheres, quanto pelo crescimento de sua participação (aqui restrito às mulheres brancas) no mercado de trabalho e pela ampliação de anos de estudos destas mulheres.

O fenômeno de mulheres responsáveis sozinhas por sua família pode ser entendido como uma condição de maior vulnerabilidade social, mas também como um fenômeno da matrifocalidade, isto é, liderança feminina além da responsabilização com



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

a renda, conforme estudado por Teresinha Bernardo como uma forma de organização que também empodera as mulheres, possibilitando inclusive saídas estratégicas para sua situação de vulnerabilidade. Segundo a autora o fenômeno matrifocal, “tem se relacionado à autonomia feminina, que veio sendo conquistada desde regiões Africanas. Bernardo (2003)

Mesmo não entendendo este fenômeno de liderança familiar como uma maior autonomia das mulheres, ao contrário, pode nos mostrar uma maior precarização da sua situação, principalmente no caso das mulheres negras, que têm uma história no Brasil de “chefiar” família, cuidando de seus filhos sem a presença do pai ou com um pai desempregado, constituindo assim num grupo bastante vulnerável entre a população brasileira, como revela os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2010).

Segundo relatório sobre condições sociais da população mundial de 2010 da ONU, a situação de pobreza das mulheres amplia-se pela ocorrência de violência, incluindo o aumento dos casos de contaminação das DSTs/HIV, aumentando assim o quadro de miserabilidade para as mulheres destas regiões, pois acabam perdendo seus empregos e/ou não tendo mais forças para o trabalho, como é o caso de mulheres em alguns países no continente africano, como por exemplo, Moçambique, onde a expectativa de vida das mulheres é de 48,9 anos, enquanto que no Brasil, sua expectativa de vida chega a 75 anos.

Na maior parte das sociedades os papéis reservados à mulher são hierarquicamente inferiorizados, sendo a mulher considerada “naturalmente” incapaz e frágil.

As mulheres têm sobre si o cuidado com as pessoas da família acarretando uma ampliação de suas tarefas, além de uma vida marcada por violência sexista legitimada por uma sociedade que dá ao homem (pai, marido, irmão, tio, filho, etc..) autoridade de usar a força para resolver os problemas familiares, principalmente os conjugais.

Segundo Heliete Safiotti, a identidade social da mulher assim como a do homem, tem sido constituída por meio da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos. Elas são bem preparadas para as funções que executam mediante sua socialização de gênero, mas não somente, pois a sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar cada um dos sexos, assim cada sociedade tem



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

construído suas formas de pensar e viver o ser homem e o ser mulher, além de outras formas de exploração e opressão como a condição racial, étnica e a condição de classe.

Sabe-se que esta situação não é resultado somente das condições impostas pela atual forma de organização da produção e reprodução da vida material, que é o modo de produção capitalista, mas também é sabido que este sistema econômico muito tem potencializado a situação de exploração em que as mulheres estão submetidas, principalmente nos países do chamado terceiro mundo. Além do baixo salário, quando o têm, as mulheres ainda são as responsáveis pelo cuidado da reprodução da vida, num trabalho não remunerado e invisível, que é o trabalho doméstico.

A atual forma de organização capitalista aproveita-se assim dos papéis históricos a elas reservados, barateando o custo social da força de trabalho necessária para a produção de mercadorias quando transfere para as famílias, em especial para as mulheres, a subsistência e o cuidado destes futuros homens e mulheres trabalhadores (as).

Bellotti e Valério (2007) ponderam que o desenvolvimento capitalista e cientificista europeu do século XVIII reforçam uma divisão sexual do trabalho conforme a *natureza* de cada sexo - mulheres na esfera privada, dóceis e domesticadas para o lar e o matrimônio, mesmo quando trabalhando fora de casa, as profissões serão uma extensão das suas tarefas de *mulher* acrescidas das tarefas do lar; homens na esfera pública, cuidando da administração, da política e da economia.

Com a globalização, mesmo as populações das comunidades ditas tradicionais não estão livres destas influências, pois as idéias de conexão geral têm passado muito mais por propagação das idéias hegemônicas de opressão e exploração no mundo do que por propagação de eliminação destas desigualdades.

Em várias regiões do mundo, vêm se desenvolvendo experiências de enfrentamento desta situação de exclusão social através do que está sendo chamado de “Uma outra Economia”, economia solidária, no caso as cooperativas, que são as iniciativas de solidariedade e cooperação entre membros, como forma de resistência ao mercado capitalista e na tentativa de gerar trabalho e renda para esta parcela excluída da sociedade.

Esta forma de organização econômica tem sido cada vez mais uma opção para as mulheres. Singer (2005) realça que por ser uma forma de organização econômica que



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

adota os valores da democracia, prezando pelo trabalho coletivo, pela igualdade entre seus membros, pela divisão do poder de decisão, valores estes experimentados historicamente pelas mulheres, nas atividades comunitárias e na solução das problemáticas familiares. Desta forma, têm sido as mulheres as primeiras a se engajarem nesta auto-organização.

A ampla entrada destas mulheres no cooperativismo deve-se a “uma característica empreendedora mais forte, por conta de, historicamente, ser atribuído ao homem o papel de provedor da família, isto deixaria as mulheres mais livres para buscar sem medo, alternativas que complementem a renda familiar.

Dentre a história conhecida do trabalho cooperativo de mulheres no mundo “ocidental” as francesas e inglesas são as pioneiras nesta prática associativa com objetivos educativos, sanando necessidades da falta de moradia, de saúde e de educação.

Sobre o Brasil, Paul Singer destaca que, o movimento da economia solidária nasce nos anos 80 do século XX, período de mais um ciclo de depressão da economia nacional e mundial, com a queda da taxa de lucro generalizada, gerando o conseqüente desemprego em massa, é quando várias indústrias entram num processo de falência e seus trabalhadores assumem a gestão.

Desta forma o fechamento de empresas e a conseqüente demissão de numerosos trabalhadores aliado ao aproveitamento de oportunidades oferecidas pela legislação brasileira para o arrendamento possibilitou a aquisição destas empresas falidas pelos antigos funcionários. Com a ajuda dos seus sindicatos, os trabalhadores formam uma associação dos desempregados, criando em seguida cooperativas. Neste país, as primeiras experiências foram no Rio Grande do Sul, em seguida em Santa Catarina e depois em São Paulo. Os trabalhadores puderam contar neste período com a assessoria da recém criada Associação Nacional dos trabalhadores em Empresas de Autogestão – ANTEAG.

O Sudeste é a região do Brasil onde mais cooperativas são criadas com cerca de 42,6% destas, gerando 57,9% do PIB nacional (aproximadamente 500 milhões de dólares) no ano de 2003. Silva (2011)

Neste país, a maior presença das mulheres neste dá-se no cooperativismo popular, formada por trabalhadoras economicamente marginalizadas, desempregadas ou subempregadas, as quais, visando a geração de trabalho e renda, se associam



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

voluntariamente e contribuem igualmente para a composição do capital necessário à formação da sociedade cooperativa, sendo a força de trabalho o principal capital de que dispõem. Estas mulheres estão na produção de vestuário, na alimentação e no chamado artesanato, principalmente a partir de materiais típicos de sua região.

O impulso para este movimento cooperativo foi na década de 90, momento de grande desemprego no país e no auge da implementação de políticas neoliberais. Pensando no enfrentamento desta situação o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho cria no país o movimento Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria. Após várias mobilizações sociais sem muito sucesso no combate à fome, são desenvolvidas, por parte de instituições governamentais e sociedade civil, ações na busca de geração de emprego e renda através da idéia de uma economia solidária.

A partir de 1995 estas ações ganham reforço com a criação das Incubadoras Tecnológicas, estabelecendo um passo importante na história do cooperativismo popular contribuindo para sua difusão e fortalecimento. O programa nacional de incubação das cooperativas populares tem servido ao fomento destas atividades econômicas a partir de assessoria tecnológica das universidades brasileiras, principalmente dentro de programas de extensão e pesquisa.

Em 2004 é criado o COOPGENERO, um programa do Ministério da Agricultura e da Secretaria Nacional de Políticas para as mulheres, um órgão governamental com ações de incentivo ao cooperativismo deste grupo social.

Conforme dados do Ministério do Trabalho e Emprego no ano de 2005 as mulheres eram 32% dos participantes da atividade cooperativa no Brasil, em sua maioria no espaço urbano, este número deve continuar a subir, pois segundo dados da Organização das Cooperativas Brasileira em 2002, o número de mulheres cooperadas era de 25%, sendo 12 % de suas dirigentes.

Na região de São Paulo, as mulheres representam 51.3% dos 41.262.199, segundo dados preliminares do último censo de 2010. Seu rendimento médio continua inferior aos homens, recebendo cerca de 70%, mesmo quando mais escolarizadas.

Por outro lado, as mulheres em Moçambique também têm esta experiência desde a década de 80, na época com menos de dez cooperativas, e em 2005 atingindo o número de 200 cooperativas tendo as mulheres como 95% das suas dirigentes que estão organizadas na União Geral das Cooperativas - UGC, entidade que as agrega no país.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Hoje, final da primeira década do século XXI, esta organização já conta com atividades de poupança e crédito tanto em dinheiro quanto em material para as cooperadas.

No seu início, as cooperativas produziam uma agricultura de subsistência tanto na zona rural quanto na zona urbana, atualmente este trabalho alcança toda uma cadeia econômica produtiva, desde a produção e comercialização de sementes e inseticidas dos/para os produtos agrícolas como hortaliça e outros vegetais e produção frutífera, até a produção e comercialização de animal (aves e gado), além da produção de ração animal e, ainda oferece consultoria às suas cooperativas na parte contábil e no financiamento de crédito, segundo SILVA (2005)

A autora também destaca que a União Geral das Cooperativas ampliou-se para as chamadas atividades da seguridade social com a criação dos centros de educação infantil (creches), centros de alfabetização e educação de adultos, centros de formação técnica e criação de serviços de saúde.

A província de Maputo tem 1.233.143 habitantes, sendo 55% de mulheres tem cerca de 50% destas atuando ativamente na economia local, segundo dados do censo de 2007. Maputo também concentra cerca da metade da população urbana do país. As mulheres têm alta taxa de emprego, sendo muito mais elevada que a dos homens, tendo em Maputo a menor taxa que é de 60%. Dentre as mulheres analfabetas economicamente ativas, Maputo é a região onde a percentagem é de 30%, diferentemente dos homens que é de 19%. Sobre seus rendimentos, as mulheres fazem parte do grupo social que menos recebe em espécie e estão em maior número entre os trabalhadores familiares sem remuneração. INE, (2009)

Nos países das chamadas culturas tradicionais, como no caso de Moçambique país em vias de desenvolvimento, as mulheres experimentam situações não muito diferentes destas outras, mesmo com contextos e realidades diferentes.

Casimiro (2004), Temba (2004) e Cossa (2008), além da escritora Chiziane (2004), apresentam relatos nos quais as mulheres em Moçambique estão em condição de também de extrema desvantagem, seja pela ampliação do número de contaminação pelas DST/AIDS, por causa do fraco poder de negociação em relação ao cônjuge e pelas práticas de purificação como o *kutchinga* (ritual de purificação sexual, quando o cunhado mais velho tem relações sexuais com a viúva, numa idéia de inauguração desta para uma na nova vida, oito dias depois da morte do irmão), seja pela viuvez e ter que



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

passar pela também experiência de purificação, ou ainda, seja pelo acesso a renda apesar da alta taxa de emprego e pouca escolarização e ver no casamento a sua única fonte de renda.

Após lutas de independência, a sociedade moçambicana, como outras pertencentes ao chamado terceiro mundo, em geral países que passaram por uma colonização européia com sua população nativa escravizada e suas reservas naturais exploradas a serviço destas potências, sofreram ou ainda padecem por guerras civis como resultado desta situação sócio- histórica.

Diferentemente do Brasil onde o número de mulheres em cargos políticos não chega à 10%, em Moçambique, cerca de 40% do parlamento nacional e 24% dos ministérios são ocupados por mulheres, a maioria destes na região de Maputo, sua capital. As mulheres moçambicanas fazem-se presentes também nas organizações sociais de ajuda mútua.

Casimiro (2004) informa que em Moçambique “o individualismo” do projeto neoliberal ainda não corroeu totalmente as relações individuais e coletivas, pois ainda continuam existindo as de solidariedade e ajuda mútua, muitas vezes silenciosamente guardadas e preservadas, pelas mulheres, como resistência passiva e como estratégias de sobrevivência no campo e na cidade.

Segundo a autora, “antes dos modelos institucionais do Estado colonial, a África Subsaariana conheceu várias formas de organização que desempenharam importante papel na comunidade com diferentes formas de *entreaajuda*, como as normas de reciprocidade e normas de redistribuição”.

A mulher moçambicana esteve também nos campos de batalha contra o colonizador, foram mulheres que, segundo o discurso do presidente Samora Machel, durante a abertura da II Conferência da Organização da Mulher Moçambicana em 1976, “não mediram esforços trabalhando nas fábricas, plantações, hospitais e escolas e, principalmente nas frentes de batalhas, às vezes em lutas internacionalistas” (MACHEL, 1976).

Segundo Manuense (1994), nos anos 1950, Moçambique conheceu uma grande proletarianização das mulheres na cidade de Maputo com o crescimento industrial, graças às dificuldades de permanência no campo. As migrações deixam de ser um fenômeno masculino e com as alterações na conformação familiar, seja por viuvez ou por divórcio,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

não existindo mais este vínculo marital, as mulheres partem em busca de trabalho na cidade. Com uma baixa preparação profissional, este novo tipo de ocupação não responderá as necessidades básicas de subsistência para estas mulheres e suas famílias.

Após as lutas de independência, o recém governo, de nítida orientação socialista, incentiva o nascimento de um movimento cooperativo. Esta experiência é quase exclusiva feminina, pois os homens já trabalhavam nas funções públicas, alguns estavam emigrando para países vizinhos, como a África do Sul e outros eram combatentes, sem conhecimento de trabalho produtivo de bens e mercadorias.

Em Moçambique, a investigação se dará nas experiências da União Geral das Cooperativas - UGC, entidade que agrega as cooperativas surgidas no período pós-independência como orientação tanto da FRELIMO, partido político que coordenou as lutas por independência, quanto do primeiro governo federal, liderado pelo presidente Samora Machel, militante deste mesmo partido. Na sua fase inicial, a UGC, esteve a cargo dos Grupos Dinamizadores representando o partido no poder e a OMM - Organização das Mulheres Moçambicanas, pois esta era uma das suas plataformas.

Até o momento os estudos sobre mulheres, especialmente, mulheres africanas continuam aquém do necessário para se entender este grupo social que exerce um papel tão fundamental no desenvolvimento social e econômico nos vários países deste continente. As mulheres são detentoras invisíveis do mundo da economia familiar e, em Moçambique, são quase totalidade das pessoas que se dedicam à agricultura como forma de rendimento, porém este fato talvez não tenha garantido sua visibilidade e justiça social.

O desafio também é o estudo das mulheres por elas mesmas. Nesta perspectiva, organizações internacionais de direitos humanos, em conjunto com alguns governos de países africanos, têm patrocinado conferências e encontros mundiais com tal objetivo. Segundo Ana Elisa de Santana Afonso, secretária geral da Comissão Nacional de Moçambique para a UNESCO (1994), este foi o objetivo da publicação produzido sob sua coordenação: divulgação de trabalhos de investigação, reflexões, vivência e sentimentos de mulheres moçambicanas sobre as mulheres moçambicanas. Hoje já se pode contar com referências bibliográficas de pesquisadoras moçambicanas atuantes em várias instituições nacionais e internacionais, universitárias e organizações de direitos das mulheres que se dedicam ao estudar do seu país e suas *gentes*.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Nas Ciências Sociais são várias as pesquisas sobre economia solidária com ênfase na articulação trabalho e gênero. Nesta área tem se pesquisado as possibilidades da economia solidária para autonomia das mulheres. Relatam Bernardi & Angelin (2007) que devido ao fato destas “ter ao longo da sua vida mantido relações de reciprocidade que proporcionaram coesão à família e à sociedade, sendo estas expressas nas práticas, de se reunir em grupos, seja nos clubes de mães, na igreja ou na comunidade”, entende-se que vai ser ela a promotora da possível economia solidária no país, como tem sido historicamente as experiências coletivas de resolução de problemas sociais no Brasil.

Como estabelecem ainda Nobre *apud* Bernardi & Angelin (2007), a economia solidária, sob a ótica de gênero, pode contribuir para que as mulheres tenham uma vida compartilhada, diminuindo o peso das “suas obrigações” individuais numa maior articulação entre a vida familiar e profissional.

Este, portanto, é o nosso interesse com o presente artigo e futura tese de doutoramento, possibilitando contribuições à formulação de políticas sociais no que refere-se à novos formatos de vida entre homens e mulheres.

8. Referências Bibliográficas

II CONFERENCIA da ORGANIZAÇÃO da MULHER MOÇAMBICANA. Discurso do Presidente Samora Machel. Republica Popular de Moçambique: 1976.

ANGELIN, R.& BERNADI, C. M. *Mulheres na Economia Popular e Solidária: desafios para a emancipação feminina e a igualdade de gênero*. Revista Espaço Acadêmico, Ano VI, n. 70, p 1-4, out, 2007.

ASDI - AGÊNCIA SUECA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO/Grupo de Coordenação de Gênero em Maputo. *Um Perfil das Relações de Gênero*, 2007.

BAZIMA, A. *Mulher e Desenvolvimento*. IN AFONSO, Ana Elisa de Santana (Coord.). *Eu Mulher Em Moçambique*. Comissão Nacional para a Unesco em Moçambique: Moçambique, 1994.

BELLOTTI, K. K & VALERIO, M. E. (Org.). *Gênero e religião*. REVISTA AULAS: ISSN 1981-1225 Dossiê Religião N.4 – abril 2007/julho 2007.

BERNARDO, T. *Negras Mulheres e Mães: lembranças de Olga de Alaketu*. Rio de janeiro: Pallas, 2003.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

BRITO, F. dos S. *Mulher chefe de família: um estudo de gênero sobre a família monoparental feminina*. Revista Urutágua, Maringá, n. 15, abr/mai/jun/jul de 2008.

CASIMIRO, I. “Paz na Terra, Guerra em Casa”: *Feminismo e Organizações de Mulheres em Moçambique*. Maputo: Edição PROMÉDIA, 2004.

CHIZIANE, P. *Niketche: uma historia de poligamia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

COSSA, M. G. *Persistência da desigualdade: quando é que as mulheres poderão decidir por si mesmas?* Revista Outras Vozes, nº 23, maio de 2008. Disponível em: <http://www.wlsa.org.mz/?__target__=Tex_MulheresEmancipadas>. Acesso em: nov. 2010.

CULTI, M. N. *As mulheres na Economia Solidária: Desafios Sociais e Políticos*. Texto aceito para apresentação no IV Congresso Europeu CEISAL de Latino Americanistas realizado de 4 a 7/07/2004 em Bratislava- República Eslovaca. Disponível em: http://www.unitrabalho.uem.br/artigos/Texto_Mulheres_e_Economia_Solidaria.pdf Acesso em: Nov. 2010.

FARIA, N. & NOBRE, M.(orgs.) *Economia Feminista*. Cadernos Sempre Viva Organização Feminista – SOF. São Paulo: 2002.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE DERECHOS HUMANOS – *Direitos de mulher no Moçambique*. n.º474/4. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1717&id_pagina=1.

Acesso em julho de 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. *Sistema de Indicadores de Percepção Social, Igualdade de Gênero*. Disponível: <<http://www.ipea.gov.br/portal>>. Acesso em: abril de 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – INE. Levantamento por gênero em Moçambique.2009. Disponível:

http://www.ine.gov.mz/populacao/estatisticas_genero/Mulheres_Homens_7_Oct_Final_2009.pdf. Acesso em: julho de 2011.

MACHEL, S. *II Conferencia da organização da mulher moçambicana*. Maputo: 1976.

MANUENSE, H. *Contribuição ao Estudo da mulher operária no Maputo: O caso da cajú*. IN AFONSO, Ana Elisa de Santana (coord.) *Eu Mulher Em Moçambique*. Comissão Nacional para a Unesco em Moçambique. 1994.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Ministério do Trabalho e Emprego – Atlas da Economia Solidária no Brasil. 2005. /Secretaria

NOBRE, M. *A Produção do Viver*. Cadernos Sempre Viva Organização Feminista – SOF. São Paulo: 2003.

OSORIO, C. *Sociedade matrilinear em Nampula: estamos a falar do passado? Outras Vozes*, n.º 16, 2006. Disponível em: <<http://www.wlsa.org.mz/lib/articles/Sociedade%20matrilinear%20em%20Nampula%202006.pdf>>. Acesso em: jun. 2010.

ONU. *Relatório sobre a Situação da População Mundial 2010*. Editado pela UNFPA, o Fundo de População das Nações Unidas, 2010.

PAULON, G. B. F. S. *Rede de Economia Solidária no Município de Dourados-MS: uma análise sobre a participação das mulheres*. Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder Florianópolis: de 25 a 28 de agosto de 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST17/Grazihely_Berenice_Fernandes_dos_Santos_Paulon_17.pdf>. Acesso em: nov. 2010.

SAFFIOTI, H. I. B. *O Poder do Macho*. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SANTOS, A. S. A. *Notas sobre a Solidariedade e o Fenômeno da Orfandade na Sociedade Akan-Agni Morofoé da Costa do Marfim (África Do Oeste)*. *Saúde e Sociedade*, v. 15, n.3, p. 40-56, set/dez 2006.

SILVA, E. S. et al. *PANORAMA DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO: HISTÓRIA, CENÁRIOS E TENDÊNCIAS*, Observatório do Cooperativismo-USP/FEARP/OCB. Revista uniRcoop: Diagnóstico do Cooperativismo nas Américas; Vol. 1; No 2; Querétaro; México; IRECUS, Faculté d"administration- Université de , 8/2004. Disponível: http://www.fearp.usp.br/cooperativismo/observatorio/artigos_pg7.php. Acesso em: abril de 2011.

SILVA, T. C. *União Geral de Cooperativas: Um sistema alternativo de produção?* In SANTOS, B. de S. (Org.) *Produzir Para Viver: os caminhos da produção não capitalista*. 2ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SINGER, P. *A recente ressurreição da economia solidaria no Brasil* In SANTOS, B. de S. (org) *Produzir Para Viver: os caminhos da produção não capitalista*. 2ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

TEMBA, E. *O significado da viuvez para a mulher*. Revista Outras Vozes, n.º 09, novembro de 2004. Disponível em:



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

<http://www.wlsa.org.mz/?__target__=Tex_MulheresEmancipadas>. Acesso em: Nov. 2010.